

Goldman Sachs

## GOLDMAN SACHS DO BRASIL C.T.V.M. S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 16º andar e 18º andar, CEP: 04542-000  
CNPJ 09.605.581/0001-60

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## Apresentação

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora") para o semestre findo em 30 de junho de 2018. As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada, associadas às normas do Banco Central do Brasil ("BACEN"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

## Destacques

## • Resultado do Semestre

No semestre findo em 30 de junho de 2018, a Corretora registrou Lucro Líquido de R\$ 13,4 milhões, correspondente a R\$ 0,08 por ação e rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido de 11,2%.

## • Ranking B3

Com relação ao volume financeiro de operações, a Corretora se manteve em 11º e 20º lugares nos rankings do mercado à vista de ações e de futuros, respectivamente, considerando o volume anual negociado de janeiro a junho de 2018.

## • Limite de Basileia - Patrimônio de Referência

A Corretora adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Financeiro Goldman Sachs ("Conglomerado"), formado pelo Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), líder do Conglomerado, e pela Corretora, de acordo com as diretrizes do BACEN. O índice de Basileia é monitorado diariamente e representa um importante indicador do montante de capital alocado em função do grau de risco da estrutura dos ativos. Em 30 de junho de 2018, o índice de Basileia do Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação em vigor, é de 25,9%, sendo superior, portanto, ao índice mínimo exigido pela regulamentação do BACEN.

## Governança Corporativa - Comitê de Auditoria

Em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 3.198, de 27 de maio de 2004 (conforme alterada), informamos que se encontra instalado o

Comitê de Auditoria Único do Conglomerado ("Comitê"), cuja constituição foi objeto de aprovação pelo BACEN em 9 de março de 2016.

Compete ao Comitê, dentre outras atribuições, zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Conglomerado, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da empresa de auditoria independente e da auditoria interna.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

## Gestão de Riscos

Acreditamos que gerenciar o risco de maneira eficaz é essencial para o sucesso do Grupo Goldman Sachs. Desta forma, contamos com processos de gestão de risco abrangentes através dos quais podemos monitorar, avaliar e administrar os riscos associados às nossas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição aos riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, socioambiental, regulatório e reputacional. Desenvolvemos nossa estrutura de gestão de risco com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

O Conglomerado é parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo Goldman Sachs e, conforme determinado pelas Resoluções do CMN nº 4.557/17 e nº 4.327/14, foram implementadas localmente as políticas e estrutura de Gerenciamento de riscos e de capital, bem como de responsabilidade Socioambiental, respectivamente.

## Responsabilidade Socioambiental

Em conformidade com as diretrizes da Política Ambiental Global do Grupo Goldman Sachs e com base nos critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.327/14, o Conglomerado reconhece a importância de sua responsabilidade quanto à questão socioambiental na condução de seus negócios e atividades. Também está empenhado em utilizar soluções de mercado para promover a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento das comunidades em que está inserido, assegurando o atendimento aos interesses de longo prazo de seus clientes e a preservação de valor a longo prazo para os seus acionistas. O Conglomerado atua para que suas instalações e negócios adotem soluções e práticas sustentáveis, uma vez que ambas relacionam-se

com o meio ambiente e com as comunidades em que está inserido.

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.327/14, a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental pode ser encontrada na internet, no seguinte endereço: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/environmental-social-disclosure.pdf>.

## Ouvidoria e Canal de Denúncias

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.433/15, que dispõe sobre a instituição de componente organizacional de Ouvidoria, informamos que não há registro de qualquer demanda ou reclamação no semestre findo em 30 de junho de 2018.

Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.567/17, o Grupo Goldman Sachs designou o Canal de Ouvidoria como o órgão responsável pelo Canal de Denúncias, por meio do qual seus funcionários, colaboradores, clientes, usuários, parceiros ou fornecedores podem informar, sem a necessidade de se identificarem, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às suas atividades. Informamos que a instituição não recebeu nenhuma comunicação em seu Canal de Denúncias no semestre findo em 30 de junho de 2018.

Os procedimentos de utilização do canal de comunicação podem ser encontrados na internet, no seguinte endereço: <http://www.goldmansachs.com/disclosure/canal-de-denuncia.html>.

## Endereço Eletrônico

Em conformidade com a Circular nº 3.678/13 (conforme alterada) do BACEN, as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis no site: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html>.

Ouvidoria Goldman Sachs Brasil: 0800 727 5764 e/ou [ouvidoriagoldmansachs@gs.com](mailto:ouvidoriagoldmansachs@gs.com).

Horário de funcionamento: segunda-feira a sexta-feira (exceto feriados), das 9h às 18h. São Paulo, 27 de agosto de 2018

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em R\$ mil

	2018	2017		2018	2017
<b>Ativo</b>			<b>Passivo e Patrimônio líquido</b>		
<b>Circulante</b>	<b>266.677</b>	<b>171.778</b>	<b>Circulante</b>	<b>145.065</b>	<b>119.172</b>
Disponibilidades	13.986	9.944	Outras obrigações	145.065	119.172
Aplicações interfinanceiras de liquidez	72.290	33.100	Fiscais e previdenciárias (nota 11 (a))	10.368	3.497
Aplicações no mercado aberto (nota 7 (a))	72.290	33.100	Negociação e intermediação de valores (nota 9)	118.446	104.725
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>44.154</b>	<b>19.542</b>	Diversas (nota 11 (b))	16.251	10.950
Carteira própria (nota 8)	27.744	4.397	<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>1.054</b>	<b>9.118</b>
Vinculados à prestação de garantias (nota 8)	16.410	15.145	Outras obrigações	1.054	9.118
<b>Outros créditos</b>	<b>136.098</b>	<b>109.003</b>	Diversas (nota 11 (b))	1.054	9.118
Rendas a receber	13	9	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>240.057</b>	<b>208.119</b>
Negociação e intermediação de valores (nota 9)	124.672	105.463	Capital social	176.000	176.000
Diversos (nota 10)	11.413	3.531	De domiciliados no país (nota 13 (a))	176.000	176.000
<b>Outros valores e bens</b>	<b>149</b>	<b>189</b>	Reserva de capital (nota 13 (b))	4.469	3.773
Despesas antecipadas	149	189	Reservas de lucros (nota 13 (c))	46.835	16.690
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>119.454</b>	<b>164.560</b>	Lucros acumulados	12.753	11.656
Aplicações interfinanceiras de liquidez	115.244	160.365			
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota 7 (b))	115.244	160.365			
<b>Outros créditos</b>	<b>4.210</b>	<b>4.195</b>			
Diversos (nota 10)	4.210	4.195			
<b>Permanente</b>	<b>45</b>	<b>71</b>			
Imobilizado de uso	45	71			
Outras imobilizações de uso	2.118	2.119			
(-) Depreciações acumuladas	(2.073)	(2.048)			
<b>Total do Ativo</b>	<b>386.176</b>	<b>336.409</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio líquido</b>	<b>386.176</b>	<b>336.409</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 30 DE JUNHO

Em R\$ mil, exceto lucro por ação

	2018	2017
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>6.950</b>	<b>10.169</b>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.950	12.103
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	(1.934)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>6.950</b>	<b>10.169</b>
<b>Outras receitas/(despesas) operacionais</b>	<b>17.756</b>	<b>4.514</b>
Receitas de prestação de serviços (nota 16 (b))	62.537	51.301
Despesas de pessoal (nota 16 (c))	(26.340)	(26.149)
Despesas administrativas (nota 16 (d))	(14.376)	(17.949)
Despesas tributárias (nota 16 (e))	(5.365)	(4.516)
Outras receitas operacionais (nota 16 (f))	1.638	2.805
Outras despesas operacionais (nota 16 (f))	(338)	(978)
<b>Resultado operacional</b>	<b>24.706</b>	<b>14.683</b>
<b>Resultado não operacional</b>	<b>29</b>	<b>-</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>24.735</b>	<b>14.683</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social (nota 12)</b>	<b>(11.311)</b>	<b>(2.414)</b>
Provisão para imposto de renda	(6.519)	(1.307)
Provisão para contribuição social	(5.172)	(1.111)
Ativo fiscal diferido (nota 12(b))	334	-
Passivo fiscal diferido (nota 12(b))	46	4
<b>Lucro líquido do semestre</b>	<b>13.424</b>	<b>12.269</b>
<b>Lucro líquido do semestre por ação (em reais)</b>	<b>0,08</b>	<b>0,07</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 30 DE JUNHO - Em R\$ mil

	2018	2017
<b>Atividades operacionais</b>	<b>12.558</b>	<b>10.382</b>
Lucro líquido ajustado do semestre	13.424	12.269
<b>Ajustes ao lucro líquido</b>	<b>(866)</b>	<b>(1.887)</b>
Reversão de provisões operacionais	-	(1.896)
Outras receitas/despesas operacionais	(499)	-
Depreciações	13	13
Ativo e passivo fiscal diferido	(380)	(4)
<b>Variações de ativos e obrigações</b>	<b>35.927</b>	<b>(19.842)</b>
Redução em aplicações em depósitos interfinanceiros	41.403	10.789
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(1.310)	(14.957)
(Aumento) em outros créditos	(65.933)	(64.234)
(Aumento) em outros valores e bens	(8)	(12)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.235)	(1.005)
Aumento em outras obrigações	73.010	49.677
<b>Caixa (utilizado)/originado nas atividades operacionais</b>	<b>48.485</b>	<b>(9.460)</b>
<b>Redução/aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>48.485</b>	<b>(9.460)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	37.791	52.504
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	86.276	43.044
<b>Redução/aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>48.485</b>	<b>(9.460)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO - Em R\$ mil

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>176.000</b>	<b>-</b>	<b>16.077</b>	<b>-</b>	<b>192.077</b>
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 13 (b))	-	3.773	-	-	3.773
Lucro líquido do semestre	-	-	-	12.269	12.269
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	613	(613)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2017</b>	<b>176.000</b>	<b>3.773</b>	<b>16.690</b>	<b>11.656</b>	<b>208.119</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>176.000</b>	<b>2.888</b>	<b>46.164</b>	<b>-</b>	<b>225.052</b>
Reconhecimento do plano baseado em ações (nota 13 (b))	-	1.581	-	-	1.581
Lucro líquido do semestre	-	-	-	13.424	13.424
Destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	671	(671)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2018</b>	<b>176.000</b>	<b>4.469</b>	<b>46.835</b>	<b>12.753</b>	<b>240.057</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018 - Em R\$ mil

## 1) Contexto Operacional

Com o objetivo de complementar as atividades desenvolvidas no Brasil nas áreas de banco de investimento, renda fixa e consultoria financeira (*advisory*), bem como instituir a prestação de serviços de corretagem para clientes locais e clientes institucionais estrangeiros que investem no País, o Grupo Goldman Sachs ("Grupo") constituiu a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora" ou "Empresa"), sociedade de capital fechado e subsidiária integral do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco").

O Banco, como líder, e a Corretora, sua subsidiária integral, formam o Conglomerado Financeiro Goldman Sachs ("Conglomerado").

A Corretora é parte integrante do Grupo Goldman Sachs e desde o início das suas atividades vem desenvolvendo plataforma para novos negócios relacionados às atividades financeiras do Grupo no Brasil e no exterior. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas do Grupo, atuando no mercado nacional e internacional de forma integrada, tendo os custos dessa estrutura apropriados em cada unidade de negócio correspondente.

Como ocorre nas operações do Grupo no Brasil, a Corretora conta com todo o suporte de recursos humanos, tecnológicos e de capital para assegurar o nível de serviços prestados aos seus clientes, bem como o atendimento às exigências estabelecidas na legislação vigente, regulamentos e práticas de mercado em vigor.

A Corretora recebeu autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil ("BACEN") em 09 de maio de 2008.

Em 16 de dezembro de 2008, a Corretora teve seu pedido de admissão aprovado pelo Conselho de Administração da B3 - Brasil Bolsa Balcão.

Em 02 de fevereiro de 2009, a Corretora começou a executar ordens no mercado de ações e em 21 de setembro de 2010, passou a executar ordens no mercado de futuros, após obter direito de negociação no segmento B3.

Em 27 de dezembro de 2012, o Comitê de Certificação do PQQ - Programa de Qualificação Operacional da B3 renovou o selo de Qualificação "Execution Broker" da Corretora para os segmentos Bovespa e BM&F, selo este que qualifica a corretora que possui foco na intermediação profissional de valores mobiliários quanto ao alto padrão de seus serviços.

Em 18 de setembro de 2017, o PQQ concedeu o selo de Qualificação "Nonresident Investor Broker" para a Corretora, selo este que identifica o Participante de Negociação Pleno e o Participante de Negociação que possuem estrutura organizacional e tecnológica especializada na prospecção de clientes, prestação de serviços de atendimento consultivo assim como execução de ordens e distribuição de produtos da B3 para investidores não residentes.

Em 27 de agosto de 2018, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018.

## 2) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do BACEN.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma a Corretora, conforme aplicável, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

1. CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08.
2. CPC 03 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08.
3. CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09.
4. CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11.
5. CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11.
6. CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11.
7. CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.
8. CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16.
9. Pronunciamento Conceitual Básico - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.
10. CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/13.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação de ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as práticas vigentes no Brasil. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

## 3) Principais Práticas Contábeis

## (a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

## (b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão compostos por saldos em conta corrente e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento na data da aquisição é igual ou inferior a 90 dias, de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor.

## (c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor aplicado acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

## (d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: (i) Títulos para negociação: são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do período. (ii) Títulos disponíveis para venda: contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado - TVM". (iii) Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período. Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu vencimento.

## (e) Instrumentos financeiros derivativos

Em conformidade com a Circular nº 3.082/02, do BACEN, os instrumentos financeiros derivativos, compostos pelas operações a termo, estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge*, sendo assim avaliados a valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizadas e não realizadas reconhecidas diretamente no resultado.

## (f) Saldos de operações em moeda estrangeira

Demonstrados com base na PTAX de fechamento na data do encerramento do semestre. A taxa PTAX corresponde às médias aritméticas das taxas de compra e de venda realizadas diariamente.

## (g) Permanente

## • Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando-se as taxas que contemplam a vida útil-econômica do bem, sendo as principais taxas anuais: 10% para móveis e utensílios e 20% para equipamentos de processamento de dados.

## • Redução ao valor recuperável de ativos

O CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/08, estabelece a necessidade das entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível. Nesse sentido, uma perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para o semestre findo em 30 de junho de 2018, a Administração não identificou nenhuma perda em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros a ser reconhecida nas demonstrações financeiras.

## (h) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridas deduzindo-se, quando aplicável, as correspondentes rendas de realizações futuras e/ou as provisões para perdas.

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos dos encargos e variações monetárias (em base "pro rata") e cambiais incorridos até a data de encerramento do balanço.

A provisão para imposto de renda federal foi constituída utilizando a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 120 mil no semestre. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% do lucro tributável.

A Lei nº 13.169, de 06 de outubro de 2015 ("Lei"), referente à conversão da Medida Provisória nº 675, de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social de 15% para 20%, no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, de capitalização e das instituições financeiras, dentre elas as corretoras de valores mobiliários.

Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente.

continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018 - Em R\$ mil

**(a) Limite de Exposição Cambial** - De acordo com o artigo 1º da Resolução 3.488/07, o limite máximo de exposição cambial foi estabelecido em trinta por cento (30%) do Patrimônio de Referência do Conglomerado Financeiro.

A meta do Conglomerado é manter um nível de capital próprio que exceda os limites mínimos regulatórios nos termos da regulamentação em vigor, bem como um *buffer* que reflita o ambiente do mercado, nossos negócios e futuras alterações regulatórias.

**(b) Plano de Contingência de Capital (CCP)**

No caso de um possível déficit em relação à meta de capital, o Conglomerado manterá um Plano de Contingência de Capital ("CCP") que o possibilitará responder rapidamente a um possível déficit no capital em relação à meta de capital. O CCP fornece uma estrutura para analisar e responder a uma deficiência efetiva ou observada, incluindo, entre outros, a identificação de fatores que desencadeiam uma deficiência de capital, bem como de fatores de redução e possíveis ações. O CCP delineia procedimentos de comunicação apropriados a serem seguidos durante um período de crise, incluindo divulgação interna de informações, bem como garantia de comunicação pontual com interessados externos.

Em conformidade com as Circulares nº 3.678/13 (Pilar III) e nº 3.716/14, as informações referentes à estrutura de gerenciamento de capital, à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis para acesso público no site: <http://www.goldmansachs.com/worldwide/brasil/regulatory-disclosures/gestao-de-risco.html>.

## 5) Gerenciamento de Risco - Visão Geral

O Conglomerado Financeiro acredita que gerir o risco de maneira eficiente é essencial para o sucesso do seu negócio. Desta forma, conta com abrangentes processos de gestão de risco, através dos quais monitora, avalia e administra os riscos assumidos na realização de suas atividades. Tais processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, jurídico, regulatório e de reputação, incluindo também questões socioambientais. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos/controles e pessoas.

### (a) Risco de crédito

Risco de crédito significa a possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência ou de deterioração da qualidade do crédito de terceiros.

Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 3.721/09 (conforme alterada), o Conglomerado possui uma estrutura e um normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovado por seu Comitê de Risco.

A exposição ao risco de crédito do Conglomerado está em sua maior parte relacionada às operações de clientes no mercado de balcão. O risco de crédito também é proveniente de recursos financeiros depositados em outros bancos, operações de financiamento de títulos (tais como operações compromissadas) e recebíveis.

A Gestão de Risco de Crédito tem como objetivo avaliar, monitorar e administrar o risco de crédito ao qual o Conglomerado está exposto, e é independente em relação às unidades de negócios (geradoras de renda), reportando-se ao diretor de risco do Conglomerado.

O Comitê de Política de Crédito e o Comitê Geral de Risco (comitês globais da firma) criam e revisam políticas e parâmetros de crédito ao nível do Grupo. O Comitê de Risco Goldman Sachs Brasil (GSBRC) revisa as políticas e parâmetros de crédito especificamente para a Goldman Sachs Brasil e garante a conformidade com as exigências regulatórias locais.

As políticas autorizadas por esses comitês estabelecem o nível de aprovação formal necessária para que o Conglomerado assumira uma determinada exposição de risco em relação a um terceiro, levando em consideração quaisquer disposições de compensação, garantias e demais mitigadores de risco de crédito vigentes.

### (b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de perda de valor de uma carteira devido às mudanças nos preços de mercado.

O Conglomerado mantém sua carteira com o principal intuito de formar mercado para clientes e para atividades de investimento e crédito. Deste modo, mudanças na carteira se baseiam no atendimento das solicitações de clientes e em oportunidades de investimento para o Conglomerado. A contabilização da carteira é realizada a valor de mercado e, portanto, com flutuação diária.

As categorias de risco de mercado incluem:

- Risco de taxa de juros: resultante, principalmente, das exposições às mudanças no nível e inclinação das curvas de rendimentos de juros, às volatilidades das taxas de juros e aos *spreads* de crédito.
  - Risco de preço das ações: decorrente das exposições às mudanças de preços e volatilidades de cada ação, cestas de ações e índices de ações.
  - Risco de taxa de câmbio: resultante das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das taxas de câmbio.
  - Risco de preço de *commodities*: decorrente das exposições às mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das mercadorias "*commodities*".
- A Gestão de Riscos de Mercado, que é independente em relação às unidades que geram receitas, está diretamente subordinada ao diretor de riscos e tem a responsabilidade principal de avaliar, monitorar e gerir riscos de mercado.
- Os riscos são monitorados e controlados por meio de uma supervisão rigorosa e também através das funções independentes de controle e de suporte, que se estendem a todos os negócios globais do Conglomerado Financeiro.
- O Conglomerado emprega diversos tipos de métricas de risco para calcular a dimensão das perdas em potencial, tanto para movimentos de mercado suaves como para os mais extremos, dentro de horizontes de curto e longo prazo.
- As métricas de risco usadas para horizontes de curto prazo incluem VaR (*Value at Risk*) e métricas de sensibilidade.
  - Para horizontes de longo prazo, as principais métricas de risco são os testes de estresse. Os relatórios de risco incluem detalhes sobre os riscos principais, os impulsionadores e as mudanças para cada negócio, sendo distribuídos para a alta administração das áreas de negócios e para as áreas de suporte independentes.

### (c) Risco operacional

Risco operacional é o risco de perda causada por pessoas, sistemas ou resultante de processos internos inadequados ou de eventos externos.

De acordo com os requisitos especificados na Resolução CMN nº 3.380/06 (conforme alterada), e melhores práticas de mercado, o Conglomerado implementou uma estrutura local de gestão do risco operacional em conformidade com as práticas globais do Grupo Goldman Sachs no que diz respeito à gestão e medição de exposição ao risco operacional.

A exposição ao risco operacional deriva de erros de processamento de rotinas, bem como incidentes extraordinários, tais como falhas de sistemas.

Potenciais hipóteses de eventos de perda, relacionadas ao risco operacional interno e externo, incluem:

- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Execução, entrega e gestão de processos;
- Descontinuidade de negócios e falhas de sistema;
- Gerenciamento de recursos humanos e segurança no trabalho;
- Danos em ativos físicos;
- Fraude interna; e
- Fraude externa.

O Conglomerado mantém completa estrutura de controle, projetada para fornecer um ambiente seguro, de forma a minimizar riscos operacionais.

O Comitê Global de Risco Operacional, juntamente com comitês regionais, supervisionam o contínuo desenvolvimento e a implementação das estruturas e políticas de risco operacional do Conglomerado.

O departamento de Gestão de Risco Operacional é independente das unidades geradoras de receita e é responsável pelo desenvolvimento e implementação de políticas, metodologias e controles em uma estrutura formalizada para a gestão de risco operacional do Conglomerado.

### (d) Risco de liquidez

A Gestão da Liquidez tem importância crítica em instituições financeiras. Dessa forma, o Conglomerado estabeleceu uma série de políticas de gestão de liquidez que visam manter a flexibilidade para lidar com eventos de liquidez específicos do Goldman Sachs, mas também do mercado financeiro que podem afetar nossas operações. O objetivo principal destas políticas e controles é prover recursos para o Goldman Sachs no Brasil e permitir a manutenção dos negócios e geração de receita até mesmo sob circunstâncias adversas.

O Conglomerado observa e atende os termos e solicitações da Resolução CMN nº 4.090/12.

As informações de maior relevância e os resultados gerados pelos modelos internos de liquidez, incluindo o teste de estresse, são disseminados para grande parte da alta gerência no Brasil e no exterior incluindo o diretor-estatutário responsável pelo risco de liquidez da Instituição.

## 6) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades no montante de R\$ 13.986 (2017 - R\$ 9.944) e aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R\$ 72.290 (2017 - R\$ 33.100) (nota 7 (a)).

## 7) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

### (a) Aplicações no mercado aberto

Em 30 de junho de 2018, estavam constituídas, em sua totalidade, por aplicações em operações compromissadas bancadas no valor de R\$ 72.290 (2017 - R\$ 33.100), com vencimento em 02 de julho de 2018, lastreadas por Letras do Tesouro Nacional (LTN), cuja contraparte é uma instituição ligada (nota 14 (b)).

### (b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

Em 30 de junho de 2018, estavam constituídas, em sua totalidade, por aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros, no valor de R\$ 115.244 (2017 - R\$ 160.365), com vencimento até outubro de 2019 e taxa de 98% do CDI, cuja contraparte é uma instituição ligada (nota 14 (b)).

## 8) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está classificada conforme os critérios estabelecidos na Circular nº 3.068/01 e regulamentação complementar do BACEN, na categoria "títulos para negociação", sendo composta por Letras do Tesouro Nacional (LTN) e quotas de fundos emitidas pelo Fundo de Investimento Liqueidez da Câmara BM&FBOVESPA Multimercado - FILCB.

O valor de mercado dos títulos públicos representa o valor presente dos mesmos, os quais foram calculados com base no fluxo de caixa futuro descontado pelas taxas praticadas no mercado.

O valor da aplicação em quotas do FILCB reflete o valor da última quota divulgada pelo administrador do fundo, contemplando os resgates e aplicações realizados no período. O saldo da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados:

## (a) Composição por classificação e tipo

	2018		2017	
	Custo corrigido	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor de mercado
<b>Carteira própria</b>	<b>27.765</b>	<b>27.744</b>	<b>4.397</b>	
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	27.765	27.744	4.397	
<b>Vinculados à prestação de garantias na B3</b>	<b>16.395</b>	<b>16.410</b>	<b>15.145</b>	
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	4.932	4.947	15.145	
Fundo de Investimento Liqueidez da Câmara BM&FBOVESPA Multimercado - FILCB	11.463	11.463	-	
<b>Total</b>	<b>44.160</b>	<b>44.154</b>	<b>19.542</b>	

## (b) Classificação e composição por prazo de vencimento

	2018		2017	
	Sem vencimento	3 a 12 meses	Valor de mercado	Valor de mercado
<b>Títulos para negociação</b>				
<b>Carteira própria</b>	<b>27.744</b>	<b>27.744</b>	<b>4.397</b>	
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	27.744	27.744	4.397	
<b>Vinculados à prestação de garantias na B3</b>	<b>11.463</b>	<b>4.947</b>	<b>16.410</b>	<b>15.145</b>
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	4.947	4.947	15.145
Fundo de Investimento Liqueidez da Câmara BM&FBOVESPA Multimercado - FILCB	11.463	-	11.463	-
<b>Total</b>	<b>11.463</b>	<b>32.691</b>	<b>44.154</b>	<b>19.542</b>

Os títulos classificados na categoria para negociação são apresentados no balanço patrimonial como ativo circulante, independente de suas datas de vencimento, conforme Circular nº 3.068/01, do BACEN.

## 9) Outros Créditos - Negociação e Intermediação de Valores

Os saldos classificados em negociação e intermediação de valores no ativo e no passivo são compostos por operações com valores mobiliários por conta de clientes, a liquidar, conforme segue:

	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixas de registro e liquidação Devedores (credores) - Conta liquidações pendentes	84.561	(118.446)	105.463	(64.830)
<b>Total</b>	<b>124.672</b>	<b>(118.446)</b>	<b>105.463</b>	<b>(104.725)</b>

## 10) Outros Créditos - Diversos

Em 30 de junho, o saldo está composto por:

	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Créditos tributários de impostos e contribuições (1)	5.074	-	4.991	-
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 14 (b) (2))	4.210	4.195	2.117	-
Impostos e contribuições a compensar	1.217	-	631	678
Devedores diversos - país (3)	631	-	15.623	7.726
Adiantamentos e antecipações salariais	15.623	-	7.726	-
<b>Total</b>	<b>15.623</b>	<b>-</b>	<b>7.726</b>	<b>-</b>

(1) Créditos tributários de impostos e contribuições referem-se a imposto de renda e contribuição social diferidos relativos a diferenças temporárias calculadas sobre provisões passivas (nota 12).

(2) Valores a receber de sociedades ligadas referem-se, principalmente, a serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestados pela Corretora à Goldman Sachs International no montante de R\$ 4.457 (2017 - R\$ 2.833) e ao Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. no montante de R\$ 4 (2017 - zero).

(3) Devedores diversos - país refere-se à recuperação de despesa originada pela contribuição da Corretora (Patrocinadora) ao plano de previdência privada PGBL, em nome dos seus funcionários (participantes) que, em função do rompimento de vínculo antes do preenchimento das condições de elegibilidade ao benefício, a Patrocinadora passa a poder utilizar os recursos depositados para quitação de contribuições futuras.

## 11) Outras Obrigações

### (a) Fiscais e Previdenciárias

Em 30 de junho, o saldo está composto por:

	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	7.763	1.789	1.473	1.054
Impostos e contribuições sobre salários a recolher	1.120	642	8	8
Outros (PIS, Cofins, ISS e CIDE a recolher)	8	8	4	4
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros a recolher	4	4	10.368	3.497
Provisão para imposto de renda diferido (IRPJ) e CSLL (1)	10.368	3.497	-	-
<b>Total</b>	<b>10.368</b>	<b>3.497</b>	<b>10.368</b>	<b>3.497</b>

(1) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários.

### (b) Diversas

Em 30 de junho, o saldo está composto por:

	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Provisão para despesas de pessoal (1)	7.680	6.577	7.565	10.691
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 14 (b) (2))	1.595	2.530	465	270
Provisão para outras despesas administrativas	465	20	17.305	20.068
Créditos diversos - país	17.305	20.068	-	-
<b>Total</b>	<b>17.305</b>	<b>20.068</b>	<b>17.305</b>	<b>20.068</b>

(1) Provisão para despesas de pessoal refere-se, principalmente, à provisão de gratificações a pagar (bônus) no montante de R\$ 4.304 (2017 - R\$ 3.716) e a provisão de impostos sobre gratificações a pagar (bônus) no montante de R\$ 1.455 (2017 - R\$ 1.252).

(2) Valores a pagar a sociedades ligadas referem-se, principalmente, à provisão para pagamento das RSUs relativo ao Plano de Pagamento Baseado em Ações no montante de R\$ 4.145 (2017 - R\$ 6.733) (nota 15 (b) (1)).

## 12) Imposto de Renda, Contribuição Social e Crédito Tributário

(a) Os impostos e contribuições a recolher no semestre são demonstrados como segue:

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>24.735</b>	<b>24.735</b>	<b>14.683</b>	<b>14.683</b>
Imposto de renda (25%) e contribuição social (15%) vigente até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015	6.184	4.947	3.671	2.937
Diferenças temporárias sem registro de ativo diferido fiscal	-	-	(2.482)	(1.986)
Diferenças temporárias com registro de passivo diferido fiscal	-	-	85	68
Diferenças temporárias	227	182	-	-
Diferenças permanentes	76	17	33	92
Outros	32	26	-	-
<b>Imposto de renda e contribuição social do semestre</b>	<b>6.519</b>	<b>5.172</b>	<b>1.307</b>	<b>1.111</b>

(b) A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	Totais	Totais
<b>Diferenças temporárias</b>	<b>2.967</b>	<b>2.107</b>	<b>5.074</b>	
Unidades de ações restritas - RSU	1.332	799	2.131	
Remuneração Variável	1.440	1.152	2.592	
Outros	195	156	351	
<b>Total de ativos tributários diferidos</b>	<b>2.967</b>	<b>2.107</b>	<b>5.074</b>	
Marcação a mercado positiva - TVM	(3)	(1)	(4)	
<b>Total de passivos tributários diferidos</b>	<b>(3)</b>	<b>(1)</b>	<b>(4)</b>	

Uma vez atendidos os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002 do BACEN, quais sejam: (i) histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais, e (ii) expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos, no semestre findo em 30 de junho de 2018, a Corretora reconhece ativo diferido fiscal sobre imposto de renda e contribuição social relativos a diferenças temporárias nos montantes de R\$ 2.967 e R\$ 2.107, respectivamente. A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 5.074 é estimada em 55% no 1º ano, 36% no 2º ano, 7% no 3º ano e 2% no 4º ano. O valor presente dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base nas taxas médias de captação do Conglomerado, monta R\$ 2.844 e R\$ 2.033, respectivamente.

Em 30 de junho de 2018, os passivos tributários diferidos totalizam R\$ 4 (2017 - R\$ 4).

## 13) Patrimônio Líquido

### (a) Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado é representado, em 30 de junho de 2018, por 176.000.000 (2017 - 176.000.000) de ações ordinárias nominativas sem valor nominal ao preço unitário de R\$ 1 (hum real) cada ação, em conformidade com a regulamentação aplicável.

### (b) Reservas de capital

A Resolução CMN nº 3.989, de 31 de dezembro de 2011, alterou a partir de 1º de janeiro de 2012 a prática contábil relativa ao registro de benefícios pagos em ações (nota 15 (b)). De acordo com o disposto na referida Resolução, as instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN devem observar os critérios e condições estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 03 de dezembro de 2010, na mensuração, reconhecimento e divulgação das transações com pagamento baseado em ações.

Em atendimento ao referido ato normativo, em 30 de junho de 2018, a rubrica "Reserva de Capital" apresenta o saldo de R\$ 4.469 (2017 - R\$ 3.773), sendo composta por ajuste de marcação a mercado negativo sobre o pagamento baseado em ações no montante de R\$ 502 (2017 - R\$ 1.198) e contribuição ao capital no montante de R\$ 4.971 (2017 - R\$ 4.971) relativo ao pagamento baseado em ações de exercícios anteriores a 2012, para o qual não havia acordo de repagamento.

### (c) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Em 30 de junho de 2018, foi constituída reserva legal no montante de R\$ 671 (2017 - R\$ 613), totalizando o montante de R\$ 2.979 (2017 - R\$ 1.417).

A reserva estatutária é constituída à base do lucro líquido do período não distribuído após todas as destinações necessárias. Seu saldo acumulado fica à disposição do acionista para futura distribuição em Assembleia Geral. Em 30 de junho de 2018, a reserva estatutária apresenta o saldo de R\$ 43.856 (2017 - R\$ 15.273).

### (d) Dividendos

Nos termos do artigo 25 do Estatuto Social da Corretora, a Diretoria poderá declarar dividendos à conta do lucro apurado no balanço levantado em 30 de junho de cada ano. Dessa forma, não foram provisionados dividendos e juros sobre o capital próprio nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017.

## 14) Transações com Partes Relacionadas

### (a) Remuneração de pessoas-chave da Administração

Para fins de divulgação, são considerados pessoal-chave da Administração os diretores estatutários do Conglomerado.

	2018	2017
<b>Benefícios de curto prazo - Administradores</b>	<b>11.734</b>	<b>9.464</b>
Proventos	9.103	7.366
Encargos sociais curto prazo	2.631	2.098
<b>Benefícios de longo prazo - Administradores</b>	<b>72</b>	<b>104</b>
Pagamento baseado em ações	54	78
Encargos sociais longo prazo	18	26

### (b) Outras transações com partes relacionadas

As transações realizadas entre a Corretora e partes relacionadas em conformidade com as normas estabelecidas pelo BACEN com controladores diretos e indiretos (1), coligadas (2) e com outras partes relacionadas (3) estão representadas por:

	2018		2017	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)

Goldman Sachs

## GOLDMAN SACHS DO BRASIL C.T.V.M. S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 16º andar e 18º andar, CEP: 04542-000  
CNPJ 09.605.581/0001-60

☆ continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018 - Em R\$ mil

## 16) Outras informações

## (a) Obrigações legais e passivos contingentes

Não existiam processos judiciais ou administrativos de natureza tributária, cível ou trabalhista, em 30 de junho de 2018 e de 2017, cuja probabilidade de perda tenha sido classificada como provável ou possível.

## (b) Receita de prestação de serviços

Receitas de prestação de serviços referem-se a:

	2018	2017
Rendas de outros serviços (1)	25.962	25.270
Rendas de corretagens de operações em bolsas	36.575	26.031
<b>Total</b>	<b>62.537</b>	<b>51.301</b>

(1) Rendas de outros serviços referem-se à rendas de serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestadas à Goldman Sachs International no montante de R\$ 25.935 (2017 - R\$ 25.270) e ao Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. no montante de R\$ 27 (2017 - zero) (nota 14 (b)).

## (c) Despesas de pessoal

Despesas de pessoal referem-se a:

	2018	2017
Proventos	19.461	20.856
Encargos sociais	4.763	3.530
Benefícios	2.009	1.705
Treinamento	107	58
<b>Total</b>	<b>26.340</b>	<b>26.149</b>

## (d) Despesas administrativas

Outras despesas administrativas referem-se a:

	2018	2017
Serviços técnicos especializados (1)	7.415	11.299
Aluguéis	1.628	2.226
Viagens ao exterior	970	749
Serviços do sistema financeiro	959	1.132
Processamento de dados	766	767
Serviços de terceiros	594	387
Promoções e relações públicas	301	158
Comunicações	277	294
Vigilância e segurança	214	210
Manutenção e conservação de bens	191	200
Seguros	77	65
Despesas de material	69	80
Publicações	62	69
Depreciação	13	13
Outras despesas administrativas	840	300
<b>Total</b>	<b>14.376</b>	<b>17.949</b>

(1) Serviços técnicos especializados referem-se, principalmente, a serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira prestados pelo Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. (controlador) para a Corretora, no montante de R\$ 7.163 (2017 - R\$ 11.083).

## (e) Despesas tributárias

Despesas tributárias referem-se a:

	2018	2017
Despesas de impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISS	3.127	2.565
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP e COFINS	2.124	1.811
Despesa tributária - CIDE	63	82
Despesas tributárias - IOF	51	58
<b>Total</b>	<b>5.365</b>	<b>4.516</b>

## (f) Outras receitas e despesas operacionais

Outras receitas operacionais referem-se, substancialmente, à recuperação de despesas administrativas no montante de R\$ 553 (2017 - zero), ao reembolso de despesa decorrente do custo incorrido no desenvolvimento tecnológico de uso interno no montante de R\$ 468 (2017 - R\$ zero), e à receitas de variação cambial sobre os saldos a receber em moeda estrangeira no valor de R\$ 506 (2017 - R\$ 302). Em 30 de junho de 2017, refere-se ainda à reversão do ajuste negativo de marcação a mercado relativo ao pagamento baseado em ações no montante de R\$ 1.896.

Outras despesas operacionais referem-se, principalmente, a despesas de variação cambial sobre os saldos a pagar em moeda estrangeira no valor de R\$ 259 (2017 - R\$ 544).

## (g) Plano de benefícios a funcionários

Conforme Resolução nº 4.424/2015, que regulamenta o registro contábil e a evidência de benefícios a empregados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a Administração da Corretora, através de estudo técnico, verificou que não há passivo atuarial a ser reconhecido nos termos do referido Pronunciamento Técnico para o semestre findo em 30 de junho de 2018.

## 17) Limites Operacionais

## (a) Índice de Basileia e de imobilização

A Corretora adota a apuração dos limites operacionais de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, em conformidade com as diretrizes do BACEN.

Em 30 de junho de 2018, o índice de Basileia apurado de acordo com as diretrizes do BACEN, com base no Conglomerado Prudencial é de 25,90% (2017 - 23%), sendo o Patrimônio de Referência de R\$ 1.720.167 (2017 - R\$ 1.461.485).

Em 30 de junho de 2018, o índice de imobilização do Conglomerado é de 1,31% (2017 - 1,87%).

## DIRETORIA

Diretor-Presidente: Juliano Meira Campos Arruda

André dos Santos Mendonça  
Gersoni Analla Fernandes Montes Munhoz  
Kathia Aparecida Autuori

Ricardo Donisete Stabile  
Sílvia Regina C. Valente

## CONTADORA

Tatiana L. M. Navarro Baldívieso  
CRC 1SP240271/O-7

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso

conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e

executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



São Paulo, 28 de agosto de 2018  
pwc  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Melissa Tuxen Wisnik  
Contadora CRC 1SP221490/O-0

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria Único do Conglomerado ("Comitê") tem por finalidade auxiliar as diretorias do Banco e da Corretora no que diz respeito à avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias independente e interna do Conglomerado, bem como à revisão das demonstrações financeiras, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e relatório do auditor independente do Conglomerado, dentre outras atribuições. O Comitê foi constituído em Assembleia Geral Extraordinária do Banco realizada em 29 de janeiro de 2016, homologado pelo BACEN em 09 de março de 2016, e instalado em 31 de março de 2016 mediante reunião extraordinária de seus membros. Atualmente, o Comitê é composto por três membros, todos eles Diretores do Banco. Dentre as principais atividades exercidas pelo

Comitê no âmbito de suas atribuições para o semestre findo em 30 de junho de 2018, destacam-se: (a) a avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias independente e interna do Conglomerado; (b) a avaliação da qualidade das demonstrações financeiras do Banco e da Corretora. Para assegurar a efetividade do ambiente de controles internos e dos trabalhos das auditorias independente e interna, o Comitê abordou diversas atividades de controle exercidas sob a égide de um conjunto de políticas e procedimentos que objetivam a aderência a dispositivos legais e regulamentares, com ênfase nos processos de avaliação de risco e detecção de eventuais deficiências existentes. No contexto da avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias independente e interna, nenhuma deficiência

relevante foi identificada. O Comitê também realizou reuniões com as auditorias independente e interna onde foram avaliados os respectivos planos de auditoria, inclusive no tocante à independência e à qualidade dos trabalhos, tendo concluído que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna foram considerados adequados e compatíveis com as funções e responsabilidades das mesmas. Com base nas atividades acima mencionadas e no âmbito de suas atribuições, o Comitê considera que as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2018 do Conglomerado foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, e em cumprimento das normas editadas pelo BACEN.

São Paulo, 27 de agosto de 2018